

Em oito meses, TRT-15 garantiu R\$ 555 milhões em indenizações trabalhistas

Edmarcio A. Monteiro
edmarcio.agustolrac.com.br

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT), sediado em Campinas e o segundo maior do país, garantiu nos oito primeiros meses deste ano o pagamento de R\$ 555,59 milhões em indenizações a trabalhadores que entraram com ações. O resultado ocorre no ano em que são comemorados os 80 anos da Justiça do Trabalho na cidade, com a data marcada por uma série de eventos na segunda e quinta-feira da próxima semana (dias 14 e 17). Até agosto, havia 83.603 processos em fase de liquidação, execução forçada ou em cumprimento de sentença e de execução de título extrajudicial, de acordo com balanço divulgado pela Corte.

TRT-15 cobre 95% do território do Estado de São Paulo

"Esses 80 anos representam o comprometimento com a justiça social, com a busca por soluções equilibradas e justas para os trabalhadores e empresas da região", afirmou o presidente do TRT-15, desembargador Samuel Hugo Lima. Essa história começou em 6 de maio de 1944 com a criação, em Campinas, da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), atual 1ª Vara do Trabalho, um das 12 do Fórum Trabalhista local. Na época com cerca de 150 mil moradores, o município ganhou o órgão três anos após a instalação da Justiça do Trabalho no país e apenas um ano depois do surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

As juntas foram criadas pelo presidente Getúlio Vargas para pacificar os conflitos trabalhistas e aplicar a recém-criada legislação trabalhista brasileira. A chegada da JCJ foi o primeiro passo para o surgimento no futuro do TRT-15, criado em 1986 e até hoje o único do país instalado fora de uma capital. Ele tem sob sua jurisdição 599 municípios paulistas, cobrindo 95% do território do Estado, onde residem cerca de 22 milhões de pessoas. É uma das maiores áreas entre as 24 regiões em que está dividida a Justiça Trabalhista. "Isso revela uma grande importância, porque todos sabemos que o interior de São Paulo tem uma atividade econômica muito diversificada, e com isso, naturalmente, as demandas trabalhistas aumentam bastante", explicou o juiz titular da 1ª Vara de Campinas, Carlos Eduardo Oliveira Dias.

DESEMPENHO

"A existência da Justiça do Trabalho em Campinas tem uma representatividade fundamental no sentido de garantir que esses direitos que foram conquistados ao longo da história sejam devidamente assegurados", completou. A região de Campinas especificamente, disse o magistrado, é um polo industrial tecnológico e de serviços muito fortes e "a presença da Justiça do Trabalho tem sido fundamental para que haja um equilíbrio nas relações de trabalho."

De uma Junta de Conciliação e Julgamento, hoje a Justiça Trabalhista em Campinas tem uma ampla capilaridade. O TRT-15 tem sua estrutura de 1ª instância formada por 153 Varas de Trabalho, cinco postos avançados, 38 JCs e 371 cargos de juizes. O Tribunal Regional do Trabalho conta ainda com seis turmas de 2ª instância, divididas em 11 Câmaras, com 55 cargos de desembargadores. Para dar suporte, são 2.978 servidores e mais cerca de 1,5 mil colaboradores.

Essa é a estrutura para atender uma demanda gigantesca. Em 2023, as Varas do Trabalho finalizaram 257.796



A chegada da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), atual 1ª Vara do Trabalho, em 1944, foi o primeiro passo para o surgimento do TRT-15, criado em 1986; município ganhou o órgão três anos após a instalação da Justiça do Trabalho no país e apenas um ano depois do surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

INDENIZAÇÕES

TRT-15 garantiu pagamento de R\$ 555 milhões a trabalhadores em oito meses

Tribunal sediado em Campinas é o único do país instalado fora de uma capital; números foram divulgados às vésperas de uma série de comemorações dos 80 anos da Justiça do Trabalho na cidade



Abrangência do TRT-15 é uma das maiores de todas as 24 regiões em que está dividida a Justiça Trabalhista no país: "todos sabemos que o interior de São Paulo tem uma atividade econômica muito diversificada, e com isso, naturalmente, as demandas trabalhistas aumentam bastante", explicou o juiz titular da 1ª vara de Campinas, Carlos Eduardo Oliveira Dias

processos, quase sete mil a mais do que os 250.894 do ano anterior. Ou seja, foram encerrados, em média, 706 processos por dia ou um a cada quase 2 minutos. Já em 2ª instância, foram resolvidos outras 159.361 ações, aumento de 19,33% em comparação aos 133.539 de 2022. O TRT-15 registrou também crescimento na entrada de novos processos nas duas instâncias. A maior alta foi no primeiro grau, com 268.846 processos recebidos em 2023, 11,48% a mais em relação ao ano anterior, quando foram ajuizadas 241.153 ações. No segundo grau, a variação foi de 7,01%, com 158.471 processos autuados no ano passado, contra 148.094 em 2022.

SOLENIDADES

A abertura oficial das comemorações dos 80 anos da 1ª JCJ será na segunda-feira, às 9 horas, com a realização de uma solenidade no plenário Ministro Coqueiro Costa, localizado no 3º andar da sede do Tribunal. O evento contará com a participação de Almir Pazzianotto, ex-ministro do Trabalho (1985-1988) e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (2000-2002); Eliana Felipe Toledo, primeira mulher a presidir o TRT da 15ª Região (2002-2004); e Márcio Pochmann, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele ministrará palestra sobre a "Trajetória Progressiva e Desafios Atuais das Relações de Trabalho no Brasil".

Na quinta-feira (17), será inaugurado o Laboratório de Inovação Co.Labora 15, com palestra do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho. A unidade atua no desenvolvimento de projetos inovadores e na identificação e disseminação de ideias, visando ao aprimoramento dos serviços oferecidos pelo Tribunal à população.

A Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGDP) e o Tribunal formalizarão também a criação da Rede Paulista de Laboratórios de Inovação (Rede InovaLab SP). O Termo de Cooperação Técnica será assinado entre a Prefeitura de

Campinas e o TRT-15. A rede abrangerá órgãos e entidades dos três poderes da Administração Pública do Estado de São Paulo nos âmbitos federal, estadual e municipal, por meio de mecanismos de cooperação e da implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo, buscando fortalecer, ampliar e aprimorar a cooperação técnica entre os laboratórios participantes.

No mesmo dia, às 14h, o plenário sediará um seminário com os diversos subcomitês do TRT-15, que tratarão de temas como a "Eradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas", "Eradicação do Trabalho Infantil", "Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Trabalho Seguro)" e

"Equidade e Combate à Discriminação".

ARTE E TRABALHO

Encerrando as atividades, às 17h, no Espaço Cultural Eurico Cruz Neto, será realizada a vernissage da exposição "Corpo Todo", da artista plástica Renata Egreja. São mais de 25 peças criadas em plataformas como plântulas, aquarela e cerâmica, que abordam a temática do trabalho invisibilizado das mulheres. Para a juíza titular da 3ª Vara do Trabalho de Campinas, Marins de Siqueira Ferreira Zerbinatti, uma das curadoras da exposição, a arte da artista irradia beleza, instiga movimento, reflexão, sensação de pertencimento e, em especial, um olhar focado no feminino.

"A arte, de modo geral, sensibiliza e toca corações e mentes. Traz consigo sentimentos de elevação e leveza. Educa e edifica. As cores e as formas, as palavras, os signos e os sons induzem serenidade e paz, aspectos tão caros às atividades deste Tribunal, seja no ato de julgar, seja no ato de pacificar os atores em conflito", afirmou a magistrada. "Atenta ao trabalho cotidiano de mulheres, sua obra mexerá com o pensamento de todos, porque a todos cabe olhar a justiça social como tarefa", acrescentou. A curadora do Espaço Cultural do TRT-15 propõe uma inserção no talento de Renta Egreja. Além das obras, a mostra apresentará ainda a instalação Imersiva "Roda de Mães", que aborda uma reflexão sobre questões de gênero e é composta por três tapetes de 2 metros de diâmetro e várias almofadas bordadas com frases provocativas, como: "Depois que fui mãe, virei feminista"; "Congela os óvulos"; "Não quero ser mãe"; "Eu fiz um aborto"; "Eu tive um parto orgástico"; e "Não tive passagem, não entrei em trabalho de parto".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 4